



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Projetos Orçamento e Planejamento de Obras

Despacho - SODF/SUPOP

Brasília-DF, 03 de junho de 2020.

Assunto: Contratação de empresa para as obras de implantação do Viaduto da EPIG (interseção com a via de acesso ao Parque da Cidade e o Setor Sudoeste) e alças de acesso e infraestrutura urbana, no âmbito do Corredor de Transporte Público – Eixo Oeste – DF.

Ref: Concorrência nº 001/2019– ASCAL/PRES

À ASSESP/GAB , para conhecimento;

À ASCAL,

Considerando o email encaminhado pela ASCAL/NOVACAP (41163261) segue tempestivamente a referência e a resposta ao questionamento:

1) Email (41163261) da Empresa OAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A , esclarecimentos requeridos:

Questionamento 1 - Para a correta distribuição dos prazos da obra no planejamento necessitamos conhecer qual a data prevista para a emissão da ordem serviço do empreendimento uma vez que o regime hidrológico condiciona diversas atividades e a data de início da obra é essencial para a correta programação, sendo assim solicitamos a i.Comissão, levando-se em consideração o período de chuvas, seu impacto nas obras e a expectativa para liberação da área, confirmar qual a data prevista para início das obras.

Resposta: O processo licitatório regido pela Lei 8666/93 demanda tempo legal para seu prosseguimento, dessa forma não há como prever uma data “exata” para a emissão da Ordem de Serviço.

Questionamento 2 - Entendemos que a ordem de serviço para execução do objeto contratado será dada somente após a liberação do trecho, quando a emissão de licenças e autorizações, além das interferências e desapropriações, se necessárias, não comprometerem o cronograma físico entregue na proposta. Nosso entendimento está correto?

Resposta: Entendimento parcialmente correto. As licenças ambientais devem estar vigentes. Quanto aos licenciamento de obras e remanejamentos de interferências estes só se concretizam após a emissão da Ordem de Serviço.

Questionamento 3 - Considerando o Licenciamento Ambiental e Autorizações, é correto nosso entendimento que a obtenção das licenças ou suas renovações, e autorizações pertinentes a execução da obra, com exceção das necessárias para instalação do canteiro, como licença de instalação (LI) e demais autorizações, como supressão vegetal, órgão de trânsito, são de responsabilidade da contratante?

Resposta: Sim. Esta correto o entendimento.

Questionamento 4 - Considerando o item 22.2 do Termo de Referência, é correto nosso entendimento que a remoção ou remanejamento das interferências que por ventura existirem nos locais de implantação do viaduto, serão de responsabilidade das respectivas concessionárias dos serviços, sendo obrigação da Contratada somente a verificação das mesmas?

Resposta: Sim. Esta correto o entendimento.

Questionamento 5 - Solicitamos a esta Comissão disponibilizar os modelos de BDI e Encargos para preenchimento e entrega na proposta comercial, conforme solicitado no item 7 do Edital. “7.2. Na proposta será consignado e acompanhará os seguintes documentos: o) Demonstrações do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas para Obras e Serviços de Engenharia, conforme modelo disponibilizado juntamente com o projeto básico deste Edital. p) As licitantes deverão apresentar os demonstrativos de encargos sociais (leis sociais) incidentes sobre a mão de obra adotada na planilha da proponente, sob pena de desclassificação, nas seguintes condições:”

Resposta: Estes documentos fazem parte do relatório de orçamento e devem ser disponibilizados pela ASCAL.

Questionamento 6 - Quanto ao item abaixo referente ao transporte das 28 vigas longarinas entre o pátio de fabricação até ao local de montagem, não entendemos a quantidade de 325,08 TKM da planilha de preços unitários. É certo que temos 28 vigas a serem transportadas e cada uma delas pesa 38,70 T, portanto teremos um total de $28 \text{ UN} \times 38,70 \text{ T} = 1.083,60 \text{ TKM}$, para o total de vigas transportadas se considerarmos a distância média de 1 KM. Pela quantidade da planilha de preços unitários, teremos $325,08 \text{ TKM} : 1.083,70 \text{ T} = 0,30 \text{ KM}$, se considerarmos as 28 vigas transportadas. O valor encontrado da distância média de transporte foi de 300 m. Está correta a consideração da quantidade no custo da NOVACAP?

Resposta: Está correta a consideração, a localização do canteiro está a aproximadamente a 300 metros de distância do local da implantação das vigas, e a mesma será medida segundo o itinerário aprovado pela fiscalização, obedecendo ao previsto em projeto.

Questionamento 7 - Caso a consideração acima referente à quantidade de 325,08 TKM estiver correta, para a composição: TRANSPORTE EM CAVALO MECANICO COM REBOQUE DE 6 EIXOS COM CAPACIDADE DE 207 T - RODOVIA PAVIMENTADA 325,08, TKM, os preços indicados, com base na CPU 5915361 SICRO, são:

Preço unitário: R\$ 0,32

Preço total: R\$ 104,03

Esse valor total de venda de R\$ 104,03, referente ao transporte de 28 longarinas de 38,70 Ton cada, totalizando 1.083,60 TKM, não condiz com a realidade do serviço; pois a produtividade da CPU utilizada como referência não se aplica a obra em questão. Não é factível imaginarmos que para a execução deste serviço, nas condições da obra, não teremos horas improdutivas conforme consta na CPU. Diante do acima exposto solicitamos a devida correção do item

Resposta: Não há de se falar em correção, pois o **Volume 10 – Manuais Técnicos do DNIT – Conteúdo 11 – Transportes, página 14** – diz que item 1.2.9 que o cavalo mecânico com semi-reboque (entende-se que compreende também o cavalo mecânico com reboque) de 6 eixos para até 216 toneladas de capacidade é utilizado no transporte de vigas pré-moldadas de grande porte e de cargas especiais.

Questionamento 8 - Quanto ao item 7.2 referente à apresentação da proposta comercial, segue os itens do Edital para posteriores comentários e esclarecimentos a seguir: 7.2. Na proposta será consignado e acompanhará os seguintes documentos:

i) Planilhas de preços, elaborados em papel timbrado do licitante, constando os quantitativos dos serviços a serem executados, conforme planilhas de preços dos serviços objeto desta licitação, com os respectivos preços unitários e totais;

j) A licitante deverá apresentar Planilha Orçamentária, mantendo, sob pena de desclassificação, a descrição dos itens constantes no anexo “Planilha Estimativa” da SODF/SUPOP/COELOR, indicando as quantidades, os preços unitários parciais e o preço final da obra de acordo com os preços propostos pela Licitante.

k) A apuração dos quantitativos, com base nos projetos fornecidos pela SODF, é de

responsabilidade das licitantes, devendo os custos advindos de eventuais diferenças por ela apontadas serem considerados na sua proposta.

Assim considerando os itens das letras “j” e principalmente “k”, nos quais a exigência de apuração dos quantitativos é de responsabilidade das licitantes e, que, as possíveis diferenças de quantidades devem ser consideradas no custo da proposta;

é correto nosso entendimento que as quantidades constantes da Planilha de Preços deverão ser ajustadas às quantidades apuradas pelos licitantes quando existirem diferenças entre o indicado e o levantado em projeto?

Resposta: Sim. Esta correto o entendimento.

Caso contrário como deverão ser incluídos os custos advindos de eventuais diferenças, uma vez que não é permitido valores unitários superiores aos da Planilha de Preços?

Resposta: A empresa dentro do prazo legal deverá comunicar a CPL das diferenças apuradas e estas serão analisadas e corrigidas, e se for o caso, se abrirá novo prazo de licitação em conformidade com o Art.21, § 4º *Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas*, da Lei 8666/93.

Caso não haja questionamento entende-se que as licitantes concordaram tacitamente com os valores apresentados.

Questionamento 9 - Considerando que o regime de execução indicado no Edital para a concorrência é a Empreitada por Preço Unitário, que conforme artigo 6º, inciso VIII, alínea b, da lei 8.666; é quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de UNIDADES DETERMINADAS (grifo nosso); solicitamos a esta Comissão avaliar se as letras indicadas na pergunta anterior se aplicam a uma contratação por Empreitada por Preço Unitário?

Resposta: De acordo com o questionamento anterior, esta se aplica desde que dentro do prazo legal conforme respondido no item anterior.

Questionamento 10 - Verificando a memória de cálculo das placas pré-moldadas no arquivo Excel MLQ Sistema Viário, pasta MQL_Viaduto, a mesma considera para o concreto das placas pré-moldadas fck 35 MPa e também considera as quantidades de lançamento de lajes pré-moldadas com a unidade T. Solicitamos a correção da Planilha de Preços unitários, tanto para o fck quanto para o acréscimo do item de lançamento de lajes pré-moldadas para remuneração correta do item, uma vez que a modalidade de contratação é uma EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Resposta: A licitante deverá seguir o que consta na planilha orçamentária, pois o acréscimo do item refletirá em ínfimo percentual de 0,04% no custo da obra, o que inquestionavelmente não altera a formulação das propostas.

Questionamento 11 - Nas composições de preços unitários dos serviços de “Transportes com Caminhão Basculante de 14 m³, em Via Pavimentada, DMT até 30 KM” do custo NOVACAP, não foram considerados royalt e tão pouco custo para espalhamento do material enviado, referente ao bota fora denominado “lixão da estrutural” com DMT de 13 km. Assim, estamos entendendo que NÃO é necessário a consideração de custo de royalt e máquina para espalhamento do material no bota fora. Estamos corretos em nosso entendimento?

Resposta: Sim. Esta correto o entendimento.

Questionamento 12 - Não encontramos na planilha de preços unitários o item a seguir detalhado no projeto de sinalização, folha EPIG_SIN_TREVO-FL-01: 720 segregadores amarelos 40x20x10cm a cada 1,50m, conforme detalhe abaixo:

ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, LARGURA MENOR QUE 1,5 M, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERENCIA. AF_06/2016	151,12	M2	15,88	2.399,79
ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE <u>1,5 A 3,0 M</u> , LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	3.204,98	m²	23,98	76.855,42
ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE <u>3,0 A 4,5 M</u> , LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	17.750,16	m²	<u>20,07</u>	356.245,71
ESCORAMENTO DE VALA, TIPO PONTALETEAMENTO, COM PROFUNDIDADE DE <u>0 A 1,5 M</u> , LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERENCIA. AF_06/2016	11,84	M2	<u>28,60</u>	338,62

Nota-se que o preço unitário de R\$ 20,07 está incompatível com o preço do item anterior de R\$ 23,98. É correto nosso entendimento que os valores serão corrigidos?

Resposta: Os preços estão de acordo com a tabela referencial utilizada, SINAPI, que considera o tempo de montagem e desmontagem do escoramento inversamente proporcional à profundidade da vala.

Questionamento 16 - É correto nosso entendimento que as CPUs deverão ser entregues, nesta fase da licitação, junto a Proposta de Preços

Resposta: Sim. Esta correto o entendimento.

Questionamento 17 - Sendo obrigatória a entrega das composições de preços unitários nessa fase da licitação, solicitamos a esta Comissão a permissão para que a entrega seja em modelo padrão dos programas de orçamento das licitantes, desde que estes contenham as mesmas informações do modelo do Anexo XII.

Resposta: Por se tratar de aceitação de padronização referente ao Edital, a ASCAL deve julgar este item.

Considerando que a maioria das empresas interessadas no certame sempre possuem dúvidas similares, inclusive emitindo as mesmas perguntas, sugerimos que a ASCAL publique as respostas para que quaisquer empresas possam ter acesso as mesmas.

Sugerimos que os itens grifados de amarelo sejam objeto de revisão pela ASCAL.

Atenciosamente,

Ery Brandi

SUPOP/SODF



Documento assinado eletronicamente por **ERY DO NASCIMENTO BRANDI DE OLIVEIRA - Matr.0273696-9, Subsecretário(a) de Projetos, Orçamento e Planejamento de Obras**, em 04/06/2020, às 16:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



verificador= **41191747** código CRC= **4DC0B3B5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas, lote B, Bloco A-15 - Bairro Zona Industrial (Guará) - CEP 71215-000 - DF

3306-5070

00110-00002310/2019-01

Doc. SEI/GDF 41191747